

CMSV/2024

CONSULTA PRÉVIA

**DECISÃO DE CONTRATAR – CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS
DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E
DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO
VICENTE**

CONVITE

MAIO/2024

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

Artigo 1º

Identificação do Procedimento

A presente consulta prévia, adotada ao abrigo da alínea c) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tem por objeto a **Empreitada para Execução de Trabalhos de Conservação e Manutenção das Infraestruturas de Abastecimento e Distribuição de Água Potável na Freguesia da Boaventura - Concelho de São Vicente**.

Artigo 2º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de São Vicente, com sede ao Largo do Município, n.º 2, 9240 - 225 São Vicente, Madeira, Portugal, Telefone 291 840 020 e correio eletrónico geral@cm-saovicente.pt, sendo a condução do procedimento efetuada na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, através de despacho de 29 de maio de 2024, emanado ao abrigo de competências delegadas pela Câmara Municipal em reunião de 21 de outubro de 2021, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, o qual corresponde ao órgão competente para autorizar a respetiva despesa.

A Câmara Municipal, em reunião de 21 de outubro de 2021, no que diz respeito a matéria de contratação pública e de realização de despesa pública delegou no Presidente da Câmara a competência para *“autorizar despesas com a locação e aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 748.196,85 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos) abrangendo a delegação o exercício das demais competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar”*, atentos ao disposto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, os quais os artigos 16.º a 22.º e 29.º foram ripristinados pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, em conjugação com o n.º 1, do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, termos em que a competência para autorizar a despesa é do Presidente da Câmara Municipal.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

Artigo 4º

Fundamento da escolha de procedimento de consulta prévia

Considerando a regra geral da escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e o valor máximo do contrato a celebrar, conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, a consulta prévia, é o procedimento exigido para formar contratos, nos termos da alínea c) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, em conjugação com o n.º 1 do artigo do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual que determina a aplicação de um coeficiente de 1,45.

Artigo 5º

Documentos e elementos da proposta

1. Em concordância com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 57.º do CCP, conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, a proposta deverá conter os seguintes documentos:
 - a) Anexo I-M, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conjugado com o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/M de 14 de agosto, na sua atual redação, **conforme anexo I do Convite;**
 - b) Proposta de preço total, elaborada em conformidade com o modelo constante ao presente convite, **conforme anexo II do Convite;**
 - c) Lista de preços unitários para todas as espécies de trabalhos previstas no projeto de execução em formato PDF, em conformidade com a lista de artigos patenteada neste procedimento;
 - d) Declaração de compromisso do concorrente do cumprimento do prazo de execução constante da proposta, onde declare possuir todos os meios técnicos e humanos adequados à realização da empreitada no prazo estabelecido, **conforme anexo III do Convite;**
 - e) Declaração com indicação dos preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no alvará emitido pelo IMPIC

CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ou no certificado de empreiteiro de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo IMPIC, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP, **conforme anexo IV do Convite;**

- f) Programa de trabalhos, que será constituído nomeadamente por: Memória Descritiva e Justificativa (MDJ) descrevendo o modo de implementação da estratégia de construção da obra e descrevendo a articulação entre o Plano de Trabalhos, Plano de mão-de-obra, Plano de Equipamentos e Cronograma Financeiro; Plano de trabalhos em formato Gráfico de barras (Gantt) com a fixação da sequência de cada atividade e subatividade por frente de trabalho, dos respetivos prazos parciais, conforme disposto no artigo 361.º do CCP, com indicação da sequência das mesmas através de ligações do tipo fim/início, precedências e caminho crítico, rendimentos, e indicação dos artigos da Lista de Preços Unitários respetivos a cada atividade; Plano de mão-de-obra detalhado por tipo de profissão e atividade considerada no Plano de trabalhos, com a apresentação dos respetivos rendimentos, carga de mão-de-obra e prazos de execução/permanência associados; Plano de Equipamentos detalhado por tipo de equipamento e atividade considerada no Plano de Trabalhos, com a apresentação dos respetivos rendimentos e prazos de execução por atividade e da sequência de trabalhos a desenvolver ao longo da empreitada, e; Cronograma Financeiro incluindo a previsão da execução financeira da obra, da faturação mensal e acumulada, com correspondência com o Plano de Trabalhos;
- g) Procurações e instrumentos de mandato, se aplicável;
- h) Declaração indicando o(s) representante(s) do concorrente, incluindo endereço, telefone e e-mail para efeitos de comunicações;
- i) Quaisquer outros documentos que o concorrente queira apresentar por os considerar indispensáveis para demonstrar os atributos da sua proposta;
2. Na elaboração da proposta o concorrente deverá considerar o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, artigo 58.º e 60.º do CCP, salientando-se que os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 6º

Prazo e modo de apresentação das propostas

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE



1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 9.º dia a contar da data de envio do presente convite.
2. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data de termo do prazo para a apresentação das propostas.
3. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser enviadas através de meio transmissão eletrónica de dados, sendo a plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante a seguinte: www.acingov.pt.
4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo o interessado, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, mais concretamente nos artigos n.º 54.º e 68.º, os documentos da proposta, **individualmente considerados**, têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente convite.
6. Por conseguinte, cada um dos documentos que constitui a proposta deve, antes do carregamento na plataforma e subsequente submissão, estar já assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos pontos seguintes.
7. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.
8. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
9. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

10. Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exigem processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.
11. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
12. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
13. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.
14. Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em *eXtensible Markup Language* (XML) e *Design Web Format* (DWF), são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam, **também**, acompanhados **obrigatoriamente** por documento eletrónico com igual conteúdo em *Portable Document Format* (PDF), devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.
15. Sem prejuízo do referido no artigo seguinte do presente Convite, o incumprimento do disposto nas alíneas anteriores constitui motivo de exclusão da proposta.

Artigo 7º

Suprimento de irregularidades formais das propostas

1. Serão passíveis de suprimientos as seguintes irregularidades formais das propostas:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo a declaração dos anexos I-M;

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

- b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
- c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos;
- d) O não suprimimento das irregularidades no prazo para o efeito fixado constitui fundamento de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 8º

Valor da caução

De acordo com o nº 2 do artigo 88º do CCP, não será devida a prestação de caução pelo adjudicatário, no âmbito do presente contrato.

Artigo 9º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deverá, **no prazo de 5 dias**, até às 23:59 do 5.º dia, a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os documentos de habilitação exigidos ao abrigo do disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com o disposto no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, designadamente:
 - a) Anexo II - M, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, **conforme anexo V do Convite**;
 - b) Certidão do Registo Comercial atualizada ou indicação dos respetivos códigos de acesso;
 - c) Identificação completa e indicação da residência da (s) pessoa (s) que assinará (ão) o contrato, qualidade em que intervém (êm);
 - d) Documento comprovativo dos poderes de representação, designadamente, procurações e instrumentos de mandato, se aplicável;

CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

- e) Documento comprovativo da inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) e das respetivas atualizações, se for o caso, contendo o respetivo Código RCBE, para efeitos de cumprimento da obrigatoriedade de comprovação, prevista no artigo 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, republicado pela Lei n.º 58/2020 de 31 de agosto;
- f) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, ou seja:
- i. Certificado do Registo Criminal (no caso de pessoa coletiva deverá ser apresentado o certificado do registo criminal da mesma e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência);
 - ii. Certidão de situação contributiva regularizada;
 - iii. Certidão de situação tributária regularizada;
- g) Declaração atestando que não prestou a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência, conforme **Anexo VI** do Convite;
- h) Documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto na sua atual redação, se aplicável (não sendo aplicável, o adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da RAM deve apresentar declaração (**Anexo VII** ao presente convite) sob compromisso de honra, subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação), mais concretamente:
- i. Última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - ii. Última Declaração de Rendimentos e Retenções de Residentes (modelo n.º 10) e DMR;
 - iii. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - iv. Anexo R da última declaração periódica do IVA;

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

A documentação suprarreferida deve ainda ser apresentada por eventuais subcontratados identificados na proposta do adjudicatário. No decurso da execução do contrato a autorização do contraente público fica condicionada à apresentação daquela documentação relativa ao potencial subcontratado por parte do cocontratante.

- i) Os documentos de habilitação referidos no n.º 1, do artigo 3.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, conjugado com o artigo 8.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho na sua atual redação, ou seja, deve apresentar alvará de construção contendo subcategoria em classe que cubra o valor global da empreitada, respeitante aos trabalhos mais expressivos da mesma, sem prejuízo da exigência de habilitação noutras classes e subcategorias relativas às restantes obras e trabalhos a executar ou, se for caso disso, o adjudicatário pode socorrer-se dos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.
 - j) Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em Língua Portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. O prazo para o adjudicatário suprir irregularidades nos documentos apresentados será de 3 dias.

Artigo 10º

Critério de adjudicação

1. O Critério de adjudicação corresponde ao da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de **monofator preço** enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de igualdade de preço entre as propostas, é adjudicada a proposta selecionada que apresente o mais baixo preço no **artigo 3.1.1.1** constante do mapa de quantidades.
3. Persistindo o empate é adjudicada a proposta que apresente o mais baixo preço no **artigo 3.1.2.1.3** constante do mapa de quantidades.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

4. Persistindo o empate, o critério de desempate será feito através de um sorteio para a designação do vencedor. Para tal deve a entidade adjudicante convocar os concorrentes empatados, para a realização de sorteio, que se realizará em data e local a fixar, sendo que o mesmo irá decorrer da seguinte forma:

(i) Ordenação do Sorteio – mediante o lançamento de dados, sendo a ordenação definida para o sorteio pela pontuação máxima do lançamento, ou seja, o 1º lugar no sorteio será ocupado pelo candidato que obtiver mais pontos no lançamento dos dados, sendo as restantes posições definidas de igual forma. Serão efetuados tantos lançamentos quantos forem necessários até se conseguir ordenar todos os candidatos;

(ii) Sorteio – Serão colocadas tantas bolas, quanto o número de candidatos empatados, uma das quais de cor preta. A retirada de bolas será efetuada respeitando a ordenação indicada na alínea anterior;

(iii) Vencedor do sorteio – O primeiro concorrente que retire a bola preta será considerado vencedor do sorteio;

(iv) O primeiro concorrente a retirar a bola preta será classificado em 1º lugar na Lista de Ordenação Final das Propostas;

(v) As restantes posições serão ordenadas utilizando o método definido nas alíneas i) e ii), respeitando a ordenação do sorteio.

Artigo 11º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.
2. Os interessados poderão, nos termos do artigo 50.º do CCP, solicitar por escrito, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos documentos do presente procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No mesmo prazo os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente os erros e omissões, das peças do procedimento.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri deve prestar os esclarecimentos solicitados e o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que até ao termo do prazo atrás mencionado não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente pode oficiosamente proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos no prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, tendo em conta o estipulado no artigo 64.º do CCP
6. Em caso de divergência os esclarecimentos e as retificações prevalecem sobre as peças do procedimento das quais passam a fazer parte integrante.

Artigo 12º

Propostas

1. As propostas não serão objeto de negociação.
2. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
3. A adjudicação não será feita por lotes.

Artigo 13º

Documentos do Procedimento

1. O presente Procedimento rege-se pelo disposto no presente Convite e pelo Caderno de Encargos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do presente Procedimento, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.
2. Os documentos do presente procedimento estarão disponíveis na Divisão de Gestão Financeira, com sede ao Largo do Município, n.º 2, 9240 - 225 São Vicente, Madeira, Portugal, Telefone 291 840 020 e correio eletrónico geral@cm-saovicente.pt, para consulta, desde o dia do envio do presente convite até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 09:00 e as 12:30 e as 14:00 e as 17:30 horas. Os serviços da entidade adjudicante registarão o nome e o endereço dos interessados que solicitem o fornecimento das peças do procedimento.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

Artigo 14º

Celebração do contrato escrito

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos.
2. Quando tenha sido apresentada uma só proposta, o Contrato pode ser assinado antes de ter decorrido o prazo de 10 dias (Artigo 104.º do CCP).

Artigo 15º

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontre omissa no presente Convite, aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e na respetiva legislação complementar.

CMSV/2024

CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXOS

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXO I

ANEXO I - M

Modelo de declaração

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação e solicitado na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do convite).

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referencia ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:
 - a) (...)
 - b) (...)
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. 2 e 3 do artigo 57.º

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar declaração que constitui Anexo ii-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), c) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código, e do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal....

(local), ... (data), ... [assinatura⁴]

⁴ Nos termos do disposto no n.º 4 e 5 do artigo 57.º

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do convite)

1. [] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [] (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a realização da [...](designação ou referência ao procedimento em causa), propõe-se executar e fornecer em conformidade com o caderno de encargos pelo preço total _____ € (por extenso), não incluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. À quantia supra indicada acrescerá o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.
3. (3)

... (local), ... (data), ... [assinatura (2)].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

(1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

(3) outros elementos aos quais o concorrente se vincule com a proposta, não constantes no Anexo I.

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXO III

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do convite)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a realização da [...](designação ou referência ao procedimento em causa), declara possuir todos os meios técnicos e humanos adequados à realização da empreitada no prazo de [...] dias.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO IV

Modelo de declaração de preços parciais

(a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do convite)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a realização da [...](designação ou referência ao procedimento em causa), declara os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do CCP:

Categoria	Subcategoria	Classe	Valor

... (local), ... (data), ... [assinatura].

CONVITE

ANEXO V

Modelo de declaração do Anexo II - M

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, e solicitado na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do convite).

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no Procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço o sitio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura] ⁵

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 57.º

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXO VI

Modelo de declaração

(A que se refere a alínea g) do n.º 1 da cláusula 9.ª do convite).

(...), portador do Cartão de Cidadão com o número (...), válido até (...), com o NIF (...), na qualidade de representante legal da (...), com o número único de matrícula e de pessoa coletiva (...), com sede (...), declara, sob compromisso de honra, que não prestou a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

... (local), ... (data), ... (assinatura)

CMSV/2024
CONSULTA PRÉVIA - EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO E
MANUTENÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA
POTÁVEL NA FREGUESIA DA BOAVENTURA - CONCELHO DE SÃO VICENTE

CONVITE

ANEXO VII

Modelo de declaração

(A que se refere a alínea h) do n.º 1 da cláusula 9.ª do convite).

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no Procedimento de [nº] - [indicar designação ou referência do procedimento em acusa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não preenche as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da RAM, mencionadas no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 agosto, na sua atual redação.

... (local), ... (data), ... (assinatura)